

## HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS

**JEAN EDWARD SMITH**  
**EISENHOWER IN WAR AND PEACE**

Nova York, Random House Publishers, 2012,  
 950 pp.

Um «militar estadista», foi assim que o marechal Montgomery qualificou o comandante supremo das Forças Aliadas na Europa durante a II Guerra Mundial. Na mais recente biografia do general Dwight David Eisenhower, que mais tarde se tornou o 34.º Presidente dos Estados Unidos, esta é, talvez, a caracterização que mais justiça lhe faz.

O historiador Jean Edward Smith, que anteriormente havia escrito as biografias dos generais Ulysses Grant e Lucius Clay, bem como do Presidente Franklin D. Roosevelt, procura, nesta nova obra, desafiar definitivamente a ideia de que Eisenhower foi um líder militar bem-sucedido, mas antes um político medíocre. Para Smith, tal não foi assim e Ike é colocado, a par de Roosevelt, como um presidente bem-sucedido, capaz de comandar os destinos do seu país ao longo dos oito anos em que os Estados Unidos não se viram envolvidos em conflitos militares. Quer ao nível

doméstico como em termos externos, Eisenhower reforçou o papel internacional dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Fazendo uso dos seus atributos como comandante militar, capaz de delegar ao mesmo tempo que assumia totalmente a responsabilidade pelas decisões mais difíceis, foi durante a sua presidência que a Guerra da Coreia chegou ao fim em 1953 após um arrastado conflito que se mantinha desde o início da década. No tocante às relações com a União Soviética, Eisenhower contribuiu para não agravar o conflito sem, contudo, ser capaz de evitar a corrida aos armamentos de ambas as potências. Adicionalmente, Eisenhower foi capaz de reforçar a aliança transatlântica ao mesmo tempo que tomou uma posição de força contra os seus aliados durante a crise do Suez, em 1957. De forma menos bem-sucedida, Smith dá crédito a Eisenhower por ter sido capaz de retirar progressivamente o apoio das potências ocidentais em relação à questão colonial. Já no plano interno, Ike fica com os louros de ter evitado que o Partido Republicano retornasse à defesa do isolacionismo, ao mesmo tempo que equilibrou o défice norte-americano e apostou no desenvolvimento

tecnológico do país. Finalmente, a sua presidência facilitou a aplicação das políticas de dessegregação.

Mas o que ressalta desta biografia é a ligação que Smith faz entre a vida profissional de Eisenhower e a sua ascensão ao mais alto cargo político norte-americano. Para este biógrafo, o percurso militar de Eisenhower é fundamental para compreender a sua presidência. Ao longo de quarenta anos, o jovem do interior do estado do Kansas tornou-se um hábil oficial de Estado-Maior, que serviu com os mais nomeados generais norte-americanos, desde o herói da I Guerra John Pershing até Douglas MacArthur, passando por George Marshall. O serviço no *staff* destes generais ensinou a Eisenhower a arte da liderança e diplomacia que muito contribuiu para o seu sucesso como comandante supremo aliado. Mais do que um comandante de exércitos no terreno, Eisenhower era um conciliador que constantemente buscava o equilíbrio e o compromisso, fazendo o difícil parecer fácil.

**STEVEN BRADY**  
**EISENHOWER AND ADENAUER:**  
**ALLIANCE MAINTENANCE UNDER**  
**PRESSURE, 1953-1960**

Lanham, MA, Lexington Books, 2010, 277 pp.

**A**té 1945, nenhuma razão histórica apon-tava para a necessidade ou vantagem de um aprofundamento da relação entre os Estados Unidos e a Alemanha. Para além de uma relação comercial sólida e um tradicional movimento migratório da Alemanha para o Novo Mundo poucos poderiam antever que, após o final da

II Guerra Mundial, as relações entre os Estados Unidos e a República Federal da Alemanha iam caminhar para o estabelecimento de uma aliança. O mais recente livro de Steven Brady propõe-se analisar os desafios, dificuldades e crises que a aliança germano-americana teve no seu período de consolidação, após o estabelecimento da República Federal da Alemanha em 1949. Por outras palavras, Brady pretende preencher o vazio na historiografia norte-americana e germânica no tocante aos anos em que Dwight Eisenhower e Konrad Adenauer lideravam os destinos dos seus países, entre 1953 e 1961.

Partindo de uma análise focada na forma como as pressões internacionais no princípio da Guerra Fria moldaram a evolução da questão alemã e o estabelecimento de uma arquitetura de segurança no Ocidente cuja base foi a NATO, o livro realça as grandes tensões existentes entre os principais aliados. Assim, ficamos a perceber a importância que a Administração Eisenhower sempre deu à necessidade de conciliar o reforço da ligação com a Alemanha sem pôr em causa os interesses e os receios franco-britânicos. Fazendo uso de uma pesquisa multiarquívica, com a utilização de fontes norte-americanas, alemãs e russas, podemos dizer que um dos principais pontos fortes deste livro assenta na ligação que o autor fez entre a importância dos fatores internos para a formulação da política externa alemã e norte-americana. Tal é exemplificado pelo apoio que a Administração Eisenhower deu à defesa de Adenauer em relação à reunificação da Alemanha. A defesa desta ideia foi fundamental para a eleição do chanceler ao longo dos anos 1950.

O trabalho desenvolvido por Steven Brady acaba por demonstrar que, apesar da liderança norte-americana no Ocidente durante a Guerra Fria, tal não implicava que Washington ditasse aos seus aliados as políticas a seguir. Se durante o período da *détente* esta percepção era clara, com este livro ficamos a perceber que mesmo durante os anos áureos das relações transatlânticas, isto é, os anos 1950, tal já era assim. Ainda que a RFA estivesse, de certa forma, refém das potências ocupantes, Brady demonstra de que forma Konrad Adenauer procurou esquivar-se de uma relação de tutela em relação aos Estados Unidos, procurando influenciar a política norte-americana nas cimeiras entre as quatro potências ocupantes e onde se debateu a possibilidade da reunificação alemã. O mesmo sucedeu em 1955, com o chanceler alemão a envidar esforços no sentido de garantir a inclusão da RFA na NATO, numa ação que claramente reposicionou a jovem república alemã no sistema de arquitetura europeu da Guerra Fria.

**JOHN LEWIS GADDIS**  
**GEORGE F. KENNAN. AN AMERICAN LIFE**  
Nova York, The Penguin Press, 2011, 784 pp.

Desde 1981, o historiador John Lewis Gaddis preparou cuidadosamente a biografia do diplomata e historiador George Frost Kennan. Trinta e um anos depois, o resultado foi a publicação de uma monumental monografia, onde estão retratados os mais importantes momentos da vida de Kennan. Para tal, Gaddis teve acesso privilegiado quer com o próprio biografado, quer com os seus papéis pes-

soais, dos quais se destacam os seus diários e cerca de trezentas e trinta caixas de materiais agora disponibilizados na biblioteca da Universidade de Princeton.

Esta obra teve, no seu início, um objetivo claro de retratar o percurso político e académico de Kennan, mas, à medida que o tempo foi passando, rapidamente se tornou um trabalho com um forte enfoque pessoal. Acompanhando a cronologia da vida do biografado, Gaddis concentra-se naturalmente no período a partir dos anos 1930, quando Kennan é nomeado para estabelecer a nova Embaixada dos Estados Unidos na União Soviética, em 1933. A partir deste momento, o jovem Kennan aprofundou as suas capacidades diplomáticas, ao mesmo tempo que adquiriu uma importante capacidade de análise dos assuntos soviéticos, tornando-se um verdadeiro especialista nas questões relacionadas com Moscovo. Ao longo da II Guerra Mundial, Kennan percorreu várias chancelarias europeias, acompanhando a evolução e internacionalização da posição norte-americana no mundo, em particular na Europa. Desta experiência destacamos a passagem pela legação norte-americana em Lisboa onde, por dois anos, Kennan muito contribuiu para o estabelecimento de uma base norte-americana nos Açores. Ainda que de forma nem sempre ortodoxa (Kennan, em dado momento, recusou seguir uma diretiva presidencial para abordar diretamente o Governo português sobre as necessidades norte-americanas nos Açores, em detrimento de uma aproximação mais cautelosa onde os britânicos desempenhariam um papel de intermediários dos interesses de Washington), foi em

Lisboa que os dotes de *grande estratega* despontaram em Kennan, salienta Gaddis.

De volta à União Soviética em 1944, Kennan acompanhou o final da guerra e o princípio da Guerra Fria em Moscovo, consolidando a sua posição enquanto especialista em questões soviéticas. Daí a importância que o famoso *Longo Telegrama* que Kennan escreveu em fevereiro de 1946 teve para a política externa norte-americana até à queda do Muro de Berlim. Para Gaddis, o alerta de Kennan sobre a necessidade de os Estados Unidos reformularem a sua política em relação à União Soviética no pós-guerra, procurando um meio caminho entre uma proposta de *appeasement* e a confrontação aberta, muito contribuiu para que em Washington a doutrina da contenção soviética acabasse por vigorar. Para o biógrafo, o papel desempenhado por Kennan no princípio da Guerra Fria deu-lhe totalmente o crédito como um dos maiores estrategas da política externa norte-americana. Neste sentido, Gaddis acabou por desvalorizar que entre 1960 e 1980 Kennan se tenha tornado um dos principais críticos da posição internacional dos Estados Unidos, em particular do envolvimento no Vietname e na corrida aos armamentos nucleares.

**NICHOLAS THOMPSON**  
**THE HAWK AND THE DOVE. PAUL NITZE,**  
**GEORGE KENNAN, AND THE HISTORY**  
**OF THE COLD WAR**

Nova York, Picador, 2010, 403 pp.

**T**al como George F. Kennan, Paul Nitze esteve profundamente envolvido desde o princípio ao fim da Guerra Fria na

formulação da política externa norte-americana. Ambos emergiram para uma posição de proeminência política nos agitados dias em que a Cortina de Ferro caiu sobre a Europa, assistindo à divisão da Alemanha em duas e à passagem da União Soviética de aliada a inimiga dos Estados Unidos. Nas décadas seguintes, os dois estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, nos grandes marcos do conflito bipolar, dos quais se destacam o Plano Marshall, a Guerra da Coreia, a corrida aos armamentos nucleares, o Vietname, a *détente*, os acordos salt e, por fim, a *glasnost* e a dissolução da urss. O grande objetivo deste livro é explicar, de forma comparativa, as carreiras públicas destas duas figuras que, apesar de terem opiniões bastante divergentes, tinham a uni-los a amizade e o respeito mútuo. Para o autor, Nicholas Thompson, neto de Paul Nitze, as duas personalidades eram diametralmente opostas. Enquanto Nitze era um *insider* diligente, que considerava ser fundamental trabalhar com as burocracias para as poder transformar, Kennan era um pensador, que baseava as suas ideias na história. As diferenças entre os dois são salientadas no título da obra. Paul Nitze é descrito como um falcão que acreditava que a melhor forma de os Estados Unidos evitarem o holocausto nuclear era superiorizarem-se, pela quantidade e desenvolvimento tecnológico, em relação à União Soviética. Com uma invejável capacidade de organização, Nitze trabalhou ou foi consultor de todos os presidentes norte-americanos desde Franklin Roosevelt até George H. W. Bush. Contudo, devido a características pessoais truculentas,

nunca chegou a alcançar postos ministeriais, apesar das suas qualidades. Não raras vezes acabou despedido, despromovido ou forçado a demitir-se ao longo da sua preenchida carreira.

Já Kennan é aqui descrito como uma pomba, que ao longo de quarenta anos defendeu que os Estados Unidos deviam pôr fim à dependência da sua segurança nacional no armamento nuclear e contra o envolvimento norte-americano em guerras de baixa intensidade, como o Vietname. Colocou-se, assim, como um dos principais críticos da política externa norte-americana durante a Guerra Fria ainda que tenha sido, indiscutivelmente, um dos seus principais ideólogos. Se Kennan via o *containment* como uma estratégia política que tinha como objetivo combater uma ameaça política, Nitze transformou-a numa estratégia militar

cujo fim último era pôr cobro a uma ameaça de cariz militar.

Apesar disto, as suas divergências quanto à estratégia dos Estados Unidos acabaram por diminuir com o passar dos anos. Como Thompson salienta, o final da Guerra Fria libertou a veia mais liberal de Nitze, levando-o a condenar o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Golfo em 1991 (considerava que o regime iraquiano poderia ser contido através de sanções e de um bloqueio económico). Mas foi o apelo público para a diminuição do arsenal nuclear dos Estados Unidos em 1999, que Nitze ajudara a construir, que juntou definitivamente os dois homens no mesmo lado da barricada, ainda que no final das suas vidas (Nitze e Kennan morreram com apenas seis meses de diferença).

■ Daniel Marcos

## POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

### CELSO AMORIM CONVERSAS COM DIPLOMATAS

São Paulo, Benvirá, 2011,  
600 pp.

Celso Amorim, diplomata, é, atualmente, ministro da Defesa do Brasil tendo sido ministro das Relações Exteriores nos governos do Presidente Lula da Silva. Com ampla experiência em organizações internacionais, tinha sido designado recentemente para a Embaixada em Londres quando foi convidado a assumir a pasta das Relações Exteriores onde ficou durante os oito anos do governo do Presidente Lula.

O livro *Conversas com Diplomatas* (apresentado quando pensava já ter abandonado a atividade pública, embora ainda viesse a assumir a pasta da Defesa em agosto de 2011) reúne 20 textos do ministro das Relações Exteriores. Grande parte dos textos diz respeito a palestras dadas apenas aos alunos do curso para diplomatas (embora apenas a partir de 2006; até então, «por força de contingências técnicas», não foi possível transcrever as palestras), e portanto trazidos a público pela primeira vez com este livro, e que inclui também os momentos de debate entre os alunos e o então ministro. O posfácio reproduz a sua comunicação na cerimônia de transmissão do cargo ao atual ministro das Relações Exteriores, António Patriota. Em suma, estão compiladas neste livro aquelas que foram as linhas mestras da política externa do Brasil entre 2003 e 2010, ou, como o autor refere, «um mosaico vivo, mas imperfeito, da nossa atividade diplomática no governo Lula».

Os textos apresentados concentram-se em temas como as negociações sobre a ALCA;

as negociações nas várias rodadas da OMC; as Nações Unidas; a integração sul-americana e as relações com a região, incluindo a situação no Haiti (e a importância de «ter um entorno pacífico em nossa região»); as relações do Brasil com a África e o Médio Oriente, e a questão concreta do acordo com o Irão. A descrição das negociações no quadro da OMC ocupa uma parte considerável dos textos apresentados. Amorim refere que essas negociações foram muitas vezes entendidas como sendo uma «obsessão» do Brasil, mas o embaixador justifica o empenho nesse organismo pela importância do sistema multilateral; pela questão da solução de controvérsias; por permitir «discutir de maneira ampla a questão agrícola»; porque a complexidade de negociações «cria uma relação de forças mais equilibrada» e porque a própria estrutura comercial externa do Brasil é diversificada e por isso não «conviria ao Brasil colocar todos os ovos em uma única cesta – o que ocorreria com a Alca ou com a União Europeia».

As mudanças alcançadas, frequentemente referidas pelo Presidente Lula da Silva, são o fio condutor destes textos, porque se há alguma coisa de que o embaixador Celso Amorim se orgulha é de que contribuiu para mudar a ideia de que «as questões globais só podem ser decididas entre os países ricos».

### RUBENS BARBOSA O DISSENSO DE WASHINGTON

Rio de Janeiro, Agir, 2011,  
384 pp.

Rubens Barbosa, diplomata brasileiro que serviu em algumas das principais

embaixadas brasileiras, teve como último posto da sua carreira a embaixada brasileira em Washington onde esteve entre 1999 e 2004, acompanhando o Presidente Fernando Henrique Cardoso e fazendo a transição para o Presidente Lula da Silva. Nos oito capítulos que compõem a obra, o embaixador Rubens Barbosa cumpre três tarefas. Simultaneamente apresenta-nos um relato das suas memórias como embaixador em Washington e uma análise, enquanto interveniente direto, das relações entre o Brasil e os Estados Unidos. A isto, junta, no capítulo 7, já como observador externo, uma análise crítica das relações entre os dois países e da política externa brasileira, entre março de 2004 e 2011. Ficamos assim com um panorama das relações Brasil-Estados Unidos que cobre praticamente os últimos quinze anos.

Da leitura do livro ressaltam alguns pontos. Primeiro, o desconhecimento absoluto por parte da elite norte-americana sobre o Brasil, considerado pelo embaixador como o principal obstáculo que teve que ultrapassar no sentido de aproximar os dois países. Segundo, e decorrente do anterior, o esforço que o embaixador fez para reverter aquela situação, tentando diferenciar o Brasil dos restantes países da região. Por fim, uma avaliação em geral positiva do Presidente Lula, mas uma crítica forte à ideologização e partidarização que, no entender do embaixador, caracterizou a condução da política externa brasileira, especialmente face aos Estados Unidos sendo evidente, frequentemente, o pendor antiamericanista de alguns setores do Governo.

No período em que esteve na Embaixada em Washington, Rubens Barbosa identi-

fica como momento alto o apoio norte-americano ao Brasil durante a crise de 2000-2002 (como não havia feito meses antes com a Argentina); como momento mais «complexo e delicado» as negociações em torno da ALCA nos últimos meses de 2003; e como momento de maior crispção entre os dois países, a questão do nuclear iraniano e o Acordo Irão-Turquia-Brasil. O embaixador aponta uma série de erros na gestão, por parte da diplomacia brasileira, deste acontecimento e o impacto direto na relação do Brasil com os Estados Unidos, referindo mesmo que o diálogo entre os homólogos dos Negócios Estrangeiros foi «interrompido» a partir deste momento devido à «recíproca falta de confiança».

Ao longo do livro transparece um certo incómodo na forma como a sua substituição em Washington se processou (parecendo haver alguma pressa por parte do Itamaraty na renovação dos postos no exterior), uma certa frustração com o rumo que a relação bilateral entre os dois países tomou, mas, ao mesmo tempo, a confiança de que os Estados Unidos já não percecionam o Brasil do mesmo modo, aquando da sua chegada a Washington.

**OCTAVIO AMORIM NETO  
DE DUTRA A LULA. A CONDUÇÃO  
E OS DETERMINANTES DA POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA**

Rio de Janeiro, Elsevier, 2011, 200 pp.

Com base num modelo pouco utilizado para estudar a política externa brasileira – o modelo quantitativo –, Octavio Amorim Neto, professor na Fundação

Getulio Vargas, apresenta-nos neste livro uma forma alternativa de ler a atuação internacional do Brasil. A formação em Ciência Política na Universidade da Califórnia justifica em parte a inclinação para a utilização deste tipo de análise – que é amado por uns e odiado por outros.

Centrando-se na percentagem anual de votações na Assembleia Geral das Nações Unidas em que os votos do Brasil e dos Estados Unidos coincidiram, Amorim Neto propõe-se a analisar a influência das estruturas institucionais, do contexto político e do contexto internacional na formulação da política externa do Brasil. O largo intervalo temporal, entre 1946 e 2008, abarca 18 mandatos presidenciais e alterações significativas nas várias dimensões referidas. O ano de 1946 é representativo na política externa brasileira porque, entre outros motivos, o Presidente da República é pela primeira vez eleito de forma «competitiva e popular», as atribuições do poder legislativo são reforçadas, é criado o Instituto Rio Branco (para a formação dos diplomatas), e, internacionalmente, o Brasil procurava obter «os louros políticos de sua participação na II Guerra Mundial como aliado dos Estados Unidos» tendo sido por isso um dos fundadores da ONU.

O enquadramento do tema do livro é feito, teoricamente, no primeiro capítulo, e na primeira parte do segundo capítulo, onde apresenta «as grandes interpretações da política externa brasileira» assim como alguns estudos que utilizaram o mesmo modelo de análise. Explicam-se depois as linhas metodológicas utilizadas (conceitos

e cálculos efetuados para o caso brasileiro), a recolha e seleção da informação retirada da base de dados United Nations General Assembly Voting Data, sendo possível obter um panorama geral da política externa brasileira que é consensual com a literatura académica e que reflete a «incansável diminuição de convergência entre o Brasil e os Estados Unidos» no período em apreço.

Os dois capítulos seguintes exploram o que «determina as variações, inter e intrapresidenciais» identificadas após a compilação da informação. Por um lado, os presidentes, o Congresso e os partidos políticos, e por outro, o Itamaraty (que corresponde à diplomacia) e as Forças Armadas. No final de cada uma destas análises o autor formula algumas proposições que são verificadas no quinto capítulo. As conclusões que Octavio Amorim Neto obtém das diversas análises que efetua validam a premissa que defende o «progressivo distanciamento do Brasil em relação aos Estados Unidos». O peso que cada um dos fatores tem sobre aquela tese é o que aqui é fulcral, e que Amorim Neto define de cunho neorrealista. Os fatores de poder militar e económico são os que mais influenciaram a política externa entre 1946 e 2008, depois a «variável burocrática», onde se inclui a diplomacia, e, por fim, a política interna, ou seja, «a força ministerial dos partidos de esquerda». Mas foi o papel adquirido pelos militares que significou, entre 1967 e 1979, um «impressionante afastamento das posições diplomáticas» entre os Estados Unidos e o Brasil.



**LETÍCIA PINHEIRO  
E CARLOS R. S. MILANI (ORG.)  
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.  
AS PRÁTICAS DA POLÍTICA  
E A POLÍTICA DAS PRÁTICAS**

Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012, 352 pp.

**N**este livro, Letícia Pinheiro e Carlos Milani reúnem contributos que permitem compreender como «o processo decisório, a diversidade temática e a dinâmica política» ajudam a explicar a política externa brasileira, afastando a ideia, durante muito tempo consensual, de que a política externa é explicada apenas por um único indivíduo ou instituição. Esta obra reflete por isso a diversidade de atores que influencia a formulação da política externa brasileira e é resultado da investigação desenvolvida, a partir de 2006, na rede «Expansão, Renovação e Fragmentação das Agendas e Atores de Política Externa». O objetivo é demonstrar a importância para a análise da política externa de considerar «diferentes atores», «distintos temas e uma pluralidade de perspetivas teórico metodológicas».

Os dez capítulos que compõem o livro (de autores que vêm das áreas das relações internacionais, da diplomacia, mas também da gestão e da medicina) estão agrupados em cinco áreas temáticas, direitos humanos, cultura, educação, saúde e paradiplomacia, sendo objetivo dos organizadores que aquela estrutura reflita o debate entre «as políticas públicas de carácter doméstico e o campo da política externa brasileira».

Com base nas áreas temáticas referidas, e dadas as características de organização

e dimensão territorial do Brasil, é curioso atentar na parte referente à «paradiplomacia». Esta parte inclui um capítulo sobre a dimensão nacional da política externa brasileira e um outro sobre a ação internacional dos governos subnacionais. O primeiro centra-se no gradual desenvolvimento da política externa ao nível dos governos estaduais e dos governos municipais brasileiros através da institucionalização de mecanismos coordenados. A autora identifica a «cooperação internacional, captação de recursos e promoção comercial e económica» como os principais temas das suas agendas. Mónica Salomón conclui que no Brasil a «paradiplomacia chegou para ficar», embora seja uma tendência muito associada ao Partido dos Trabalhadores. O capítulo seguinte analisa com mais pormenor esta questão e conclui que embora a emergência do Brasil na cena internacional e a globalização tenham feito com que a política externa passasse «a ser tema de debate e interesse popular», a reação dos governos subnacionais não foi proporcional. Entre outros motivos, Alberto Kleiman indica o não reconhecimento da «cooperação descentralizada» pelo Ministério das Relações Exteriores. As principais conclusões alcançadas com a investigação resumem-se à ideia de que existe «uma pluralidade de atores e agendas» na política externa brasileira – atores estatais não tradicionais, atores não estatais e interesses de diferentes grupos e setores – originando uma «complexidade crescente do processo decisório».

■ CARMEN FONSECA